

APÊNDICE B: PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Refletindo sobre a trajetória da formação inicial das pedagogas e sua atuação na Universidade de Brasília, bem como os fatores que interferem na construção e prática do trabalho pedagógico, serão apresentados os encaminhamentos que nortearão a proposta de formação continuada a ser considerada pela Instituição em seu Plano Anual de Capacitação – PCA como um produto acadêmico derivado da presente pesquisa, em cumprimento às exigências do Mestrado Profissional em Educação.

O PCA é um dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento (Decreto 5.707/2006) e fundamenta-se na busca do setor público pela excelência e melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade. Um dos objetivos do plano é contribuir com o desenvolvimento profissional dos servidores públicos em suas competências para o trabalho.

Deve-se, inicialmente, levar em conta que as práticas laborais desenvolvidas pelas pedagogas da UnB contribuem para o aperfeiçoamento e a continuidade do processo educativo, assim qualificando as ações de todos os envolvidos com influência direta nos objetivos finais, missão e visão da UnB.

A pesquisa buscou indagar e entender a formação e a função das pedagogas na Educação Superior, instigando-as a refletir sobre o seu papel na Universidade. Assim, todas as propostas nasceram de um processo de reflexão sobre as práticas laborais em seu contexto de trabalho. E como toda transformação não se processa sem a participação coletiva, escutamos as pedagogas em relação às lacunas da formação para dar início a uma proposta coerente de formação, lembrando que são pontos de partida e não de chegada, devendo ser revistos e ajustados, sempre que necessário, a partir de novos contextos formativos.

A proposta consiste em cursos para ações de formação continuada em serviço cujas temáticas foram ressaltadas por elas próprias durante a pesquisa e condizem com os seguintes objetivos:

- Efetivar a oferta permanente de cursos e eventos formativos, assegurando-lhes um espaço para análise e reflexão sobre a própria prática;
- Considerar, nos conteúdos da formação, o conhecimento acumulado pelas pedagogas no seu fazer laboral e que possibilite, na interação com os pares, o aprofundamento teórico e prático que emerge como necessidade da reflexão e do aprimoramento do trabalho e do desenvolvimento pessoal;
- Desenvolver metodologias e instrumentos de apoio na investigação de necessidades formativas no contexto de trabalho.

Após detectar essas demandas formativas com a colaboração das pedagogas, elaborou-se essa proposta de temáticas de formação continuada para compor o referido

Plano Anual de Capacitação – PAC/UnB, partindo-se dos saberes iniciais com o objetivo de ampliá-los de acordo com a prática laboral das pedagogas na UnB. Eis o que segue logo abaixo:

**PROPOSTA DE TEMÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO
PARA COMPOR O PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO (PAC) DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

1. Curso de Libras: Do Iniciante ao Avançado

Carga horária: 200h

O Decreto nº 5626/05 regulamentou a Língua Brasileira de Sinais – Libras —, como a língua da comunidade surda. Foi a partir do referido Decreto que a Libras tornou-se disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, em nível médio e superior, especialmente no curso de Pedagogia. Segundo Rossi (2010):

Para a inclusão de crianças surdas no ensino regular desde a educação infantil ao ensino superior há de se contar com profissionais preparados para o trabalho teórico e prática docente, que entendam a real importância do processo comunicativo e inclusivo ao qual a educação dos surdos exige. (p.82).

O curso de Libras para as pedagogas deve proporcionar uma formação continuada para o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais a partir da vivência prática e do vocabulário básico para a comunicação com os surdos na Universidade. Deve desenvolver o necessário acerca da conversação em Libras por meio de dinâmicas, vídeos, exercícios e vivência que contribuam com a perspectiva de uma universidade mais inclusiva.

2. Curso de Tecnologias Educacionais

Carga Horaria: 40h

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem mudado a forma de convivência social e de trabalho, portanto os/as profissionais da educação, no contexto da Educação Superior, precisam conhecer ferramentas tecnológicas que possam ser adaptadas para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes, assim como desenvolver competências para elaborar soluções de gestão baseadas na tecnologia educacional.

Segundo Melo (2013), os principais benefícios da utilização das TIC “[...] são a interatividade, melhoria do ensino-aprendizagem, acessibilidade de informações e motivação por parte dos alunos.” (p.14). Portanto, o Curso deve preparar as pedagogas TAE para identificar os meios tecnológicos que podem contribuir para a qualidade da educação e aplicá-las em favor das suas práticas, pois a presença de TIC no mundo acadêmico já faz

parte do cotidiano e vai fazer cada dia mais.

3. Curso de Design Instrucional

Carga horária: 60h

Conceber cursos, métodos de ensino, dentre outros materiais didáticos para facilitar o aprendizado e o interesse do aluno, buscando formas mais dinâmicas e interativas de aprendizagem e criar efetivas ações de formação. Portanto, a ação do designer instrucional é bem mais direcionada para o desenvolvimento das estratégias didáticas mais adequadas para o uso dos recursos digitais. Segundo Filatro (2004), o design instrucional é

a ação intencional e sistemática de ensino, que envolve o planejamento, o desenvolvimento e a utilização de métodos, técnicas, atividades, materiais, eventos e produtos educacionais em situações didáticas específicas, a fim de facilitar a aprendizagem humana a partir dos princípios de aprendizagem e instrução conhecidos. (p.64).

Por intermédio do curso, as pedagogas terão conhecimento sobre modos de contextualizar o processo de produção de ações educacionais, tais como disciplinas, cursos, palestras, *workshops* etc, podendo gerir a produção de cursos on-line, semipresenciais ou presenciais de qualidade, adequados para a melhor aprendizagem dos alunos.

4. Curso de Legislação Educacional

Carga horária: 60h

O curso deve atualizar e aperfeiçoar os profissionais da Educação portadores de diploma de Licenciatura em Pedagogia que atuam no Ensino Superior ao possibilitar uma visão ampla acerca dos reflexos das normas jurídicas e sua abrangência no campo educacional.

As pedagogas poderão compreender a estrutura atual da Educação e sua constituição ao longo da história, além de conhecer a fundo a legislação da área, não apenas para seguir leis, mas sobretudo para entender a realidade educacional no país. Desse modo, a oferta do referido auxiliará na consciência das tomadas de decisões e no entendimento do processo de avaliação de cursos e instituições de Ensino Superior. Para Dias (2018):

Processos avaliativos e regulatórios, que objetivam medir a qualidade e a organização educacional, precisam se pautar em métodos formativos, indo além do simples enquadramento de produtos. Avaliar, regular e compreender os processos gerados, consistindo em uma ação sistemática que busca a compreensão global da educação, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas

dimensões, desconsiderando práticas pontuais e fragmentadas. (p.1).

O curso de Legislação Educacional deve abordar pontos essenciais sobre o conjunto de leis e normas que regem a Educação Superior no Brasil para que esta seja exequível e respeitada.

5. Curso sobre Políticas Públicas na Educação Superior

Carga horária: 40h

Uma política pública em um país democrático deve lutar pela universalidade dos benefícios sociais, como educação de qualidade, hospitais equipados, funcionários capacitados, assim como a inclusão de setores populacionais que ainda se encontram em situação de desigualdade.

A Universidade necessita de políticas sociais que se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, o curso demonstrará como as políticas públicas educacionais são ligadas a todas as medidas e decisões que são tomadas pelo governo em relação ao ensino e à educação no país. A governança educacional deve regular o atendimento à diversidade e aos interesses de todos, particularmente das minorias. Segundo Alves (2012), a Governança educacional impacta de forma direta o desenvolvimento social da educação. (ALVES, 2012).

O curso, desta maneira, visa a entender a função das políticas públicas a fim de melhorar a qualidade do ensino no Brasil, e especificamente na Universidade, com o intuito de desenvolver estratégias para o acesso e a permanência de alunos na educação pública superior federal, além de políticas que atendam aos coletivos tão diversos que compõem a UnB (comunidade indígena, estudantes estrangeiros, comunidade LGBT etc.).

6. Curso de Saúde Mental na Universidade

Carga horária: 60h

Quando situações consideradas estressantes ocorrem com frequência, podem ocasionar doenças e afetar a saúde mental, favorecendo o aparecimento de transtornos como a ansiedade e a depressão. Segundo Rozeira (2018):

A integração do estudante e sua concludente trajetória pelo conhecimento abrangem numerosos aspectos, dentre eles os psicológicos, quais devem ser considerados e respeitados, vez que os problemas mentais podem trazer graves prejuízos ao indivíduo, podendo ser como fantasmas presentes por toda a vida. (ROZEIRA, 2018, p.177).

Tal realidade é vivenciada dentro da Universidade de Brasília, portanto o curso deve orientar os profissionais acerca de formas de acolher os estudantes em seu processo de enfrentamento ao *stress*, direcionando-os aos serviços de atenção à saúde mental disponíveis na UnB.

Por meio desse atendimento inicial, discentes com sofrimento ou transtorno mental podem encontrar ajuda específica contra o isolamento e a superação da dor psíquica. O acolhimento do estudante que passa por dificuldades envolve o atendimento psicológico e de saúde, se necessário, somado à orientação de estudos que poderá ser feita pelas pedagogas. Assim o curso trará ao pedagogo uma formação a respeito do campo da saúde pública/saúde coletiva, bem como uma formação teórica, prática e ética mais consistente para um atendimento inicial mais articulado no campo da Saúde Mental na Universidade.

7. Curso de Inclusão de Pessoas com Deficiência na UnB

Carga horária: 40h

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) afirma, em seu Art. 27, que a educação é um direito da pessoa com deficiência e que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis. Assim, a inclusão da pessoa com deficiência na perspectiva do ensino superior é dever da universidade, como aponta Maiola *et al* (2008):

[...] é dever da universidade como instituição pluralista, pois, nesse ambiente, encontra-se todo e qualquer tipo de sujeito que escolheu uma profissão, uma formação específica. Facilitar ou entender esse contexto na busca da expansão educacional também faz parte do papel da instituição. (MAIOLA *et al*, 2008, p.91).

O curso promoverá a capacitação dos profissionais em relação aos direitos e às necessidades educacionais específicas das Pessoas com Deficiência (PCD's) através do exame e da discussão dos marcos legais que prevejam situações acerca do atendimento educacional especializado, da adaptação curricular, do plano de ensino individualizado e outros direitos que amparem os alunos público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior.

Irá, inclusive, refletir sobre as realidades relacionadas à inclusão de estudantes na

UnB, pois esta precisa estar acessível, seja nos ambientes físicos, na comunicação, nos materiais ou na didática dos professores. E seguindo a legislação em vigor e de acordo com a realidade vivenciada, as pedagogas poderão pensar os desafios e as estratégias de superação para políticas institucionais inclusivas.

8. Curso Psicopedagogia Institucional

Carga horária: 90h

Um curso voltado a entender todo o processo que leva o ser humano a assimilar e construir o conhecimento e de tornar o profissional apto a tomar medidas que tornem o espaço educacional mais apropriado a se desenvolver de forma integral na Universidade.

O curso trabalhará as especificidades do processo de aprendizagem a fim de tratar as dificuldades encontradas pelos alunos. As pedagogas terão conhecimento para realizar estratégias de intervenção a partir dos diagnósticos. De acordo com Nascimento (2013):

A Psicopedagogia estuda os processos de aprendizagem, ou seja, os mecanismos do aprender e do não aprender, aquilo que interfere, as dificuldades e transtornos de aprendizagem. A Psicopedagogia Institucional se propõe a analisar a instituição educacional como um todo, sujeitos que a compõe, metodologias de trabalho, currículo, a fim de auxiliar no sucesso educacional. (NASCIMENTO, 2013, p.3).

Conhecer e compreender como se dá o processo de construção do conhecimento, assim como conhecer as dificuldades de aprendizagem e possíveis formas de intervenção são essenciais para as práticas desses profissionais na Universidade, pois possibilitam repensar a assistência aos professores e a outros profissionais da instituição com vistas à melhoria das condições do processo de ensino-aprendizagem, assim como à prevenção aos problemas de aprendizagem.

9. Metodologias Participativas para Ações Educativas

Carga horária: 60h

A fim de compreender as metodologias participativas, o curso proporcionará uma reflexão a respeito do papel coletivo na Universidade. As metodologias participativas são utilizadas de forma didática e pedagógica e se aplicam nas situações que exigem uma tomada de decisão coletiva e democrática.

O curso traz uma reflexão sobre a postura acerca da participação pessoal em grupos de trabalho nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades que

promovem a participação ativa das pessoas envolvidas na ação educativa. Segundo Cordioli (2001, p. 27), o processo participativo “[...] visa não somente a elaboração de propostas mais ajustadas a realidade. Pretende mudar comportamentos e atitudes, em que os indivíduos passam a ser sujeitos ativos no processo e não objetos do trabalho dos outros”.

Assim sendo, a ampliação dos processos participativos estará pautada pelos princípios da inclusão. Ao gerar o envolvimento dos estudantes, docentes e das colegas da instituição, mobiliza-se o compromisso e contribui-se para a formulação de objetivos e projetos de intervenção.

Serão abordados no curso conceitos de operacionalização da abordagem participativa; abordagens de apoio à moderação; tratamento de pessoas e situações problemáticas. Os participantes estarão envolvidos no desenvolvimento de projetos de acordo com o contexto profissional, utilizando metodologias participativas.

10. Curso sobre Pesquisa Educacional

Carga horária: 60h

A pesquisa em educação pode ser utilizada na produção de novos conhecimentos sobre sua realidade. Assim, a pesquisa na Educação Superior responderá aos questionamentos de forma a sistematizar a realidade empírica. Para Gatti (2012),

A questão central na busca de informações, dados, indícios, para determinada pesquisa, não está totalmente e rigidamente vinculada somente à técnica utilizada mas ao processo de abordagem e compreensão da realidade, ao contexto teórico-interpretativo, portanto, às formas de pensar, de refletir sobre os elementos a reunir ou já reunidos para responder ao problema da pesquisa. Uma questão de perspectiva, de concepção, de postura diante da realidade e do conhecer. (GATTI, 2012, p.30).

O curso visa a entender as abordagens teórico-metodológicas que delimitam a pesquisa educacional, além de conhecer a origem e a constituição da pesquisa em educação enquanto campo científico.

Após aprofundar estudos sobre os tipos de pesquisa, procedimentos metodológicos e coleta de dados, as pedagogas poderão realizar atividades direcionadas para o exercício da escrita de textos científicos, tendo por referência relatórios de pesquisa em educação na universidade.